



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

Aos 27 dias do mês de março de 2012, pelas 15:10 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Aprovação das atas n.os 38 e 39/XII/1.ªSL;**
2. **Discussão e aprovação do parecer sobre a iniciativa europeia Com (2011) 841 - Proposta de Regulamento do Conselho que institui um Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança Nuclear**
Relatora: Deputada Odete João (PS);
3. **Debate sobre o escrutínio interparlamentar da Política Europeia de Segurança Comum (PESC) e da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD);**
4. **Outros assuntos.**

1. Aprovação das Atas n.ºs 38 e 39/XII/1.ª SL;

Após declarar aberta a reunião, o Senhor Presidente, Deputado José de Matos Correia, submeteu à votação as atas n.ºs 38 e 39/XII/1.ª, as quais foram aprovadas por unanimidade.

2. Discussão e aprovação do parecer sobre a iniciativa europeia COM(2011) 841 - Proposta de Regulamento do Conselho que institui um Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança Nuclear.

Relatora: Deputada Odete João (PS);

A Senhora Deputada Odete João (PS) usou da palavra para apresentar o parecer, tendo começado por salientar a importância da existência de um instrumento de cooperação no domínio da segurança nuclear. Em seguida, lembrou os acidentes de Chernobil e Fukushima e observou que os mesmos haviam alertado para a necessidade de melhorar a segurança nuclear de modo a satisfazer os padrões de segurança mais elevados. Observou que era fundamental a adoção comunitária de um Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança Nuclear, ainda que a sua implementação pudesse vir a estar sujeita a alguns constrangimentos, assim como disse defender o fortalecimento dos laços e de ações de fiscalização dentro do espaço

Aprovada na reunião de 23-05-2012.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

da UE e dos países terceiros. Por último, referindo-se à pronúncia sobre os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, afirmou ter concluído que a base jurídica da iniciativa em análise respeitava aqueles princípios.

O Senhor Deputado Hélder Sousa Silva (PSD) realçou que as fronteiras das questões nucleares não eram as fronteiras físicas, nem políticas dos países, pelo que esta iniciativa revestia grande importância. Referiu ainda que Portugal não era um *player* privilegiado nesta matéria, uma vez que não tinha centrais nucleares, mas que estas existiam em Espanha, algumas delas em localidades próximas da fronteira com o nosso país. Concluiu dizendo concordar com o teor da proposta de regulamento, bem como com o parecer da Senhora Deputada Odete João, cujo trabalho saudou.

O Senhor Deputado João Soares (PS) lembrou que duas das mais importantes centrais nucleares espanholas estavam junto a dois rios que corriam em território nacional, um dos quais o Tejo, e observou que o acidente de Fukushima havia confirmado a importância destas matérias. Salientou ainda que deveria haver um debate nacional reservado sobre o tema, devendo a Comissão de Defesa Nacional discutir esta questão numa lógica mais aprofundada e valorizando, no seu âmbito, as matérias de Defesa Nacional. E, por último, referiu que, no quadro da União Europeia, existiam muitas questões relacionadas com a temática nuclear, como por exemplo os resíduos nucleares, que tinham grande importância e mereciam grande atenção.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) disse ter as maiores reservas sobre a matéria e frisou que o acidente de Fukushima havia confirmado a posição defendida pelo BE de se por termo às centrais nucleares, assim como a ideia de que não existiam procedimentos seguros para as centrais nucleares e para os seus resíduos. Após ter felicitado a Senhora Deputada relatora pelo parecer, informou que, tendo em conta a matéria em causa, o BE se iria abster na respetiva votação.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP), após saudar o trabalho da Senhora Deputada Relatora, afirmou que Portugal e a Europa deveriam levar a cabo um debate sério sobre energia nuclear e observou que esta proposta de regulamento confirmava a constatação de uma insuficiência de reflexão e regulação da matéria. Acrescentou *Aprovada na reunião de 23-05-2012.*



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

ainda que a União Europeia não poderia exigir um conjunto de medidas a determinados países se, no seu próprio seio, não tivessem regras próprias e regulamentos relativos a estas matérias, nomeadamente sobre os fins do uso de energia nuclear.

A Senhora Deputada Odete João (PS) usou novamente da palavra para salientar que Portugal, apesar de não ser um *player* privilegiado nestas matérias, vinha formando, no Instituto Superior Técnico, especialistas que trabalhavam e davam valiosos contributos nestas áreas. Disse ainda que, embora Portugal não tivesse uma central nuclear, seria muito afetado no caso de um acidente na central nuclear espanhola de Almaraz, pouco distante da fronteira portuguesa, e concluiu dizendo que estas matérias eram também muito relevantes no âmbito do acompanhamento da “Estratégia 2020”, ao nível das questões do conhecimento e da inovação.

Submetidos a votação, os considerandos e conclusões do parecer foram aprovados com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do BE, registando-se a ausência do PCP.

3. Debate sobre o escrutínio interparlamentar da Política Europeia de Segurança Comum (PESC) e da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD);

O Senhor Presidente começou por fazer um enquadramento do assunto, lembrando que, no final de dezembro de 2011, a Comissão de Defesa Nacional havia confirmado a Resolução da Assembleia da República Resolução da Assembleia da República n.º 85/2011, de 11 de Abril, considerando que as delegações de cada Parlamento Nacional e do Parlamento Europeu deveriam ser constituídas por igual número de Deputados. Em seguida, informou que, a 4 de janeiro de 2012, a Senhora Presidente da Assembleia da República havia transmitido esta posição aos Presidentes do Sejm e do Senado da Polónia e que da consulta e respostas dos vários parlamentos nacionais não se obtivera consenso relativamente à proposta polaca de constituição das delegações, já que 13 Câmaras a haviam rejeitado e 12 apoiado.

Aprovada na reunião de 23-05-2012.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

Esclareceu ainda que, pelo facto de não ter havido consenso a este respeito, o Parlamento Europeu apresentara uma proposta alternativa, nos termos da qual a Conferência de Presidentes de Parlamentos da UE aprovaria, em abril, o estabelecimento desta Conferência interparlamentar sobre a PESC/PCSD, por um período experimental de dois ou três anos, cabendo a cada Parlamento decidir sobre a composição da sua própria delegação, já que não seria fixado um número pré-definido, e no final desse período experimental, far-se-ia uma avaliação dos trabalhos da Conferência. Adiantou ainda que, sendo previsível que a Senhora Presidente da Assembleia da República fosse confrontada na referida reunião de abril com esta questão, a Comissão de Defesa Nacional deveria fazer-lhe chegar a sua posição.

Em seguida, disse discordar da solução avançada pelo Parlamento Europeu e considerou que a proposta da Polónia de que as delegações fossem compostas por 4 membros dos parlamentos nacionais e 16 membros do Parlamento Europeu não era aceitável, tendo em conta, por um lado, o exemplo da composição da COSAC, que era paritária, e, por outro, o facto de estarem em causa matérias de natureza intergovernamental.

Sobre este assunto, usou da palavra o Senhor Deputado Miranda Calha (PS) que disse concordar com a posição anteriormente defendida pela Comissão de Defesa Nacional, salientando que, tratando-se matéria de natureza intergovernamental, os parlamentos nacionais tinham um papel muito importante e, como tal, deveriam assumir maior peso na composição da delegação. Acrescentou ainda que deveria ser comunicado à presidência dinamarquesa que a 3.ª Comissão reiterava o seu entendimento, o qual havia sido transmitido anteriormente à presidência polaca.

O Senhor Deputado Hélder Sousa Silva (PSD) sugeriu uma solução de compromisso, assente na possibilidade de cada Parlamento Nacional deliberar quantos membros comporiam a delegação, até ao máximo de 6 deputados, de modo a que cada Estado se considerasse representado pelo número de membros que indicasse. Disse ainda que entendia que o número de representantes do Parlamento Europeu era excessivo, concordou com a proposta relativa ao apoio de secretariado e observou que o único

Aprovada na reunião de 23-05-2012.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

ponto de discórdia relativamente às propostas apresentadas pela presidência polaca era a da composição da delegação.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) realçou que os legítimos interesses dos Parlamentos Nacionais deveriam ser salvaguardados e observou que continuava a defender a opinião plasmada na Resolução da Assembleia da República, aprovada em março de 2011.

O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS), após chamar a atenção para a proposta alemã, que apontava para uma composição dos Parlamentos Nacionais de acordo com a fórmula da distribuição proporcional utilizada para a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, dizendo que discordava da mesma, salientou que, na solução a defender, deveriam ficar asseguradas duas premissas: cada Parlamento Nacional teria direito a 6 votos, independentemente do número de observadores que entendesse enviar, e o número de membros da delegação efetiva de cada Parlamento Nacional teria de ser igual ao número de membros do Parlamento Europeu.

O Senhor Deputado José Lello (PS) relatou a sua experiência relativamente aos observadores na Assembleia Parlamentar da Nato e apontou para a tendência que o Parlamento Europeu tinha para tentar assumir uma posição cada vez mais dominante e abrangente.

O Senhor Deputado Correia de Jesus (PSD) disse compreender a intervenção do Senhor Deputado Marcos Perestrello no que dizia respeito à preocupação de a composição dos Parlamentos Nacionais não obedecer à fórmula de distribuição proporcional utilizada para a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, mas lembrou que em vários órgãos que funcionavam no seio da União Europeia havia uma representação proporcional e não igualitária dos diferentes Estados-Membros.

Por fim, o Senhor Presidente informou que transmitiria à Senhora Presidente da Assembleia da República o entendimento da Comissão de Defesa Nacional, vincando que esta reiterava a posição assumida em dezembro de 2011 e que discordava de qualquer proposta que apontasse para soluções de composição das delegações numa *Aprovada na reunião de 23-05-2012.*



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

lógica de proporcionalidade semelhante à utilizada para a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

6. Outros assuntos.

O Senhor Deputado Miranda Calha (PS) lembrou que, na anterior audição do Senhor Ministro da Defesa Nacional, se havia abordado a matéria das forças nacionais destacadas e o acompanhamento dessas missões pela Comissão de Defesa Nacional e o entendimento do Senhor Ministro de que não seria necessário reunir com a Comissão para prestar informações adicionais sobre as forças nacionais destacadas no Afeganistão. Em seguida, frisou que, na audição que teria lugar ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República, o Senhor Ministro da Defesa Nacional deveria prestar esclarecimentos sobre dois assuntos: o novo enquadramento da Missão Atalanta, que resultara da recente reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional dos Estados-Membros da UE, e o acordo bilateral Portugal-Estados Unidos da América relativo à base aérea das Lajes.

O Senhor Deputado Correia de Jesus (PSD) usou da palavra para salientar o sucesso da visita de trabalho realizada pela Comissão de Defesa Nacional, na semana anterior, assim como para enaltecer a forma como esta havia sido recebida pelo Chefe de Estado-Maior da Armada. Por fim, agradeceu ao Senhor Presidente da Comissão de Defesa Nacional a preparação da visita, assim como à equipa de apoio da Comissão e ao senhor assessor militar.

O Senhor Deputado Joaquim Ponte (PSD), observando que o Ministro da Defesa Nacional estivera reunido com a Comissão de Defesa Nacional havia pouco tempo, sugeriu que a audição regimental agendada para o princípio de Abril fosse adiada para o final deste mês.

O Senhor Deputado José Lello (PS) propôs que o Senhor Ministro da Defesa Nacional reunisse com a Comissão de Defesa Nacional antes de proceder a alterações na geometria do dispositivo militar destacado no Afeganistão, de modo a poder prestar os devidos esclarecimentos sobre aquele assunto.

Aprovada na reunião de 23-05-2012.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) esclareceu que o Senhor Presidente da República havia entendido que o assunto deveria ser tratado em sede de Conselho Superior de Defesa Nacional e adiantou que o mesmo não se enquadrava no âmbito do acompanhamento, pela Assembleia da República, do envolvimento de contingentes militares portugueses no estrangeiro dado que não se tratava de matéria nova, uma vez que visava apenas um reforço de novos elementos, cuja autorização já havia sido dada.

O Senhor Deputado Miranda Calha (PS) observou que se o Comandante Supremo das Forças Armadas entendera ser assunto a tratar no Conselho Superior de Defesa Nacional, a Comissão de Defesa Nacional também deveria ser envolvida e não poderia ser subalternizada nas suas funções.

O Senhor Deputado Correia de Jesus (PSD) salientou que sempre que estivesse em causa o envolvimento de forças armadas portuguesas destacadas em novas missões no estrangeiro teria de haver acompanhamento por parte da Comissão de Defesa Nacional, mas quando estivesse em causa uma pequena alteração do contingente militar ou redireccionamento da missão não havia essa necessidade, pelo que não se justificaria a audição do Senhor Ministro da Defesa Nacional sobre o assunto. Adiantou ainda que, no caso da alteração no contingente militar destacado no Afeganistão, o aquele membro do Governo havia informado por escrito o Senhor Presidente da Comissão de Defesa Nacional, dando-lhe nota do ajustamento realizado.

O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) reiterou o que havia sido dito pelo Senhor Deputado Miranda Calha relativamente à reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional dos Estados-Membros da UE, tendo salientado a importância de a Comissão de Defesa Nacional conhecer as conclusões da referida reunião sobre este quadro de ameaça de pirataria, relativamente ao qual existiam muitas limitações ao nível do direito internacional, assim como as eventuais medidas a adotar que haviam sido acordadas naquela sede.

O Senhor Deputado José Lello (PS) manifestou a sua preocupação relativamente aos atos de pirataria que estavam a ter lugar na Somália e à possibilidade de os mesmos

Aprovada na reunião de 23-05-2012.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

se alastrarem ao Atlântico e, em particular, junto aos países desestabilizados do Magreb. Observou ainda que na parte sul da Somália existiam intervenções militares que não eram missões da NATO.

O Senhor Deputado Correia de Jesus (PSD) propôs que o Senhor Ministro da Defesa Nacional reunisse com a Comissão de Defesa Nacional após cada reunião dos Ministros da Defesa dos Estados-Membros da NATO e da UE, para informar sobre os assuntos que ali haviam sido tratados.

O Senhor Deputado Joaquim Ponte (PSD) lembrou que o Senhor Ministro da Defesa Nacional reuniria com seu homólogo norte-americano a 16 ou 17 de abril de 2012, pelo que haveria vantagem em adiar a audição regimental agendada para dia 10 de abril.

Por último, o Senhor Presidente informou que reajustaria o calendário das audições com o Senhor Ministro da Defesa Nacional, previstas para abril e para junho, e prestou alguns esclarecimentos relativos à visita que a Comissão realizaria ao Campo Militar de Santa Margarida no dia 30 de março.

A reunião foi encerrada às 16:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 de março de 2012.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS CORREIA)



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 44/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
Arménio Santos
Carina Oliveira
Correia de Jesus
Hélder Sousa Silva
João Gonçalves Pereira
João Rebelo
João Soares
Joaquim Ponte
José de Matos Correia
José Lello
Luís Vales
Marcos Perestrello
Mariana Aiveca
Miranda Calha
Odete João
Rosa Maria Bastos Albernaz
Miguel Santos
Nuno André Figueiredo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro do Ó Ramos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Braga
Hugo Lopes Soares
Mónica Ferro